



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



[Cod. Trabalho: 372] XLVI CONGRESSO DA SOBER, RIO BRANCO (AC)

## APRESENTAÇÃO ORAL

### Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional

#### **AGREGAÇÃO DE VALOR E DIFERENÇAS ESTRUTURAIS DAS EXPORTAÇÕES DA AGRICULTURA PAULISTA EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 1997-2007**

**SUELI ALVES MOREIRA SOUZA; JOSÉ SIDNEI GONÇALVES.  
IEA-APTA-SAA, SÃO PAULO - SP - BRASIL.**

**Grupo de Pesquisa:** Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional.

#### **Resumo**

O trabalho mostra as diferenças estruturais existentes entre a agricultura paulista e a das demais unidades da federação brasileira, na medida em que em São Paulo tem-se 80% das vendas externas de produtos processados e no restante do Brasil os produtos básicos representam em torno da metade das exportações setoriais. Essa constatação enseja a necessidade de que políticas para a agricultura sejam específicas da ótica territorial.

**Palavras-chaves:** diferenças estruturais, comércio exterior, exportações, agregação de valor

#### **Abstract**

This article shows the existing structural differences between São Paulo State's agriculture and other Brazilian Federation states' agriculture, into the extent that in São Paulo there are 80% of total exports of processed products and in the rest of Brazil the gross products participate about the half of the sector exports. This finding addresses the need of agricultural polities to be specific for the territorial point of view.

**Key Words:** structural differences, exports, territorial agriculture, value-added

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

## **AGREGAÇÃO DE VALOR E DIFERENÇAS ESTRUTURAIS DAS EXPORTAÇÕES DA AGRICULTURA PAULISTA EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 1997-2007**

**Grupo de Pesquisa:** Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional.

### **Resumo**

O trabalho mostra as diferenças estruturais existentes entre a agricultura paulista e a das demais unidades da federação brasileira, na medida em que em São Paulo tem-se 80% das vendas externas de produtos processados e no restante do Brasil os produtos básicos representam em torno da metade das exportações setoriais. Essa constatação enseja a necessidade de que políticas para a agricultura sejam específicas da ótica territorial.

**Palavras-chaves:** diferenças estruturais, comércio exterior, exportações, agregação de valor

### **Abstract**

This article shows the existing structural differences between São Paulo State's agriculture and other Brazilian Federation states' agriculture, into the extent that in São Paulo there are 80% of total exports of processed products and in the rest of Brazil the gross products participate about the half of the sector exports. This finding addresses the need of agricultural polities to be specific for the territorial point of view.

**Key Words:** structural differences, exports, territorial agriculture, value-added

## **1. INTRODUÇÃO**

A agricultura brasileira já surgiu enquanto segmento capitalista, estando nos seus primórdios inserida na lógica da expansão do capital mercantil nos séculos XVI e XVII, durante o ciclo do açúcar. Assim, em função dessa lógica que explica a construção do centro dinâmico da economia colonial em terras brasileiras, sustenta-se a ocupação do espaço territorial, desde esses tempos idos, com a pecuária estando na linha de frente da expansão da fronteira. De qualquer maneira, ao papel das exportações na definição dos ciclos econômicos e na própria estrutura da agricultura está presente desde os primórdios dessa atividade econômica no Brasil (**FURTADO, 1989**).

Formam-se, por outro lado, processos de construção de diversas agriculturas territoriais com características distintas. Isso porque as diferenças não se resumem às distinções de produtos e/ou de características regionais, mas também, e fundamentalmente, de bases estruturais diferenciadas dadas as peculiaridades e os estágios dos processos de transformação de cada agricultura regional e, mais relevante que isso dado que um projeto de nação se expressa no plano político, de diferentes perfis de grupos hegemônicos em cada uma delas. Daí ser fundamental, numa primeira leitura dessa realidade, verificar a profundidade dos processos de industrialização ensejados em cada espaço geográfico. E, dada a estreita associação com o mercado externo, mostra-se relevante olhar essa questão da ótica das exportações.



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



Isso porque as transformações econômicas inseridas nos processos de industrialização da agricultura brasileira acabaram ampliar as diferenciações relevantes entre os diversos espaços territoriais. Em outras palavras, foram construídas no tempo histórico territorialidades específicas que devem ser compreendidas para o entendimento da dinâmica da agricultura nacional. E no caso brasileiro, há que se entender esse movimento de industrialização da agricultura a partir de São Paulo, cujo processo de industrialização remonta ao final do século XIX, tendo sido completado ainda no primeiro quartel do século XX (CANO, 1993).

Desde logo, a industrialização da agricultura nos termos aqui pensados, implica numa contínua diferenciação entre agricultura e agropecuária. Nessa leitura quer permite captar as mudanças estruturais no curso histórico, agricultura consiste num conjunto de segmentos produtivos que correspondem ao todo setorial, enquanto que agropecuária identifica as atividades exercidas dentro das propriedades rurais. Há que se ter nítido que, ao industrializar-se a agricultura incorpora mudanças estruturais que progressivamente ampliam a multiplicação da agregação de valor fazendo com que o produto da agricultura avance em ritmo mais acelerado que o produto da agropecuária (GONÇALVES, 2005).

Relevante destacar que não basta verificar numa economia territorial movimentos separados de agropecuária e indústria como se fossem agregados estanques, dado que a riqueza conceitual está exatamente em verificar o embricamento desse processo, como mostra o clássico estudo “*Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*”. Isso porque, como está ali brilhantemente demonstrado, a compreensão da economia do café não poderia se resumir à verificação dos cafezais, mas de todo um complexo de atividades intencionalmente associadas a esse produto nobre destinado ao mercado internacional (CANO, 1990). Exatamente o conteúdo que a agricultura vai adquirindo consiste num elemento determinante da dinâmica econômica das várias agriculturas territoriais.

O presente trabalho busca entender como uma agricultura que sustentada numa agropecuária dinâmica da ótica da incorporação de inovações ao processo produtivo, ainda revela enormes distâncias em termos de agregação de valores aos produtos pela intensificação da transformação agroindustrial (GONÇALVES; SOUZA & VICENTE 2006). Para tal, analisa a evolução das exportações da agricultura brasileira, particularizando as da agricultura paulista com o intuito de mostrar as diferenças estruturais dela com as das demais unidades da federação brasileira na agregação de valor, forjando territorialidades específicas. Para tal utilizará informações das balanças comerciais, nacional e setorial, sistematizadas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), cujos procedimentos metodológicos estão descritos em VICENTE et al (2001).

## 2. COMPORTAMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR TOTAL

A economia paulista representa a principal plataforma exportadora brasileira, ainda que seja visível o processo de desconcentração comercial que reflete nada mais que a desconcentração em curso. As exportações brasileiras somaram US\$ 52,99 bilhões em 1997 e caíram nos dois anos seguintes, atingindo US\$ 48,01 bilhões em 1999. Porém, a partir de 2000, as vendas externas reverteram a tendência e passaram a

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

crescer, com notória aceleração em 2002, terminando 2007 com a quantia de US\$ 160,05 bilhões(**Tabela 1**).

**Tabela 1 – Evolução das Exportações do Brasil, das Outras Unidades da Federação e de São Paulo, 1997 – 2007.**

Ano	São Paulo		Outras Unidades		Brasil Valor
	Valor	%	Valor	%	
1997	18,09	34,14	34,90	65,86	52,99
1998	18,23	35,65	32,91	64,35	51,14
1999	17,54	36,53	30,47	63,47	48,01
2000	19,79	35,92	35,30	64,08	55,09
2001	20,62	35,42	37,60	64,58	58,22
2002	20,11	33,32	40,26	66,68	60,36
2003	23,07	31,57	50,01	68,43	73,08
2004	31,04	32,18	65,43	67,82	96,47
2005	38,01	32,13	80,30	67,87	118,31
2006	46,15	33,49	91,66	66,51	137,81
2007	51,73	32,20	108,92	67,80	160,65

**Fonte:**Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC

Nesse mesmo período, as exportações paulistas avançaram, no período 1997-2007, de US\$ 18,09 bilhões para US\$ 51,73 bilhões. Esse movimento se deu em duas fases, a primeira com ritmo reduzido, no decorrer dos seis primeiros anos analisados (1997-2002) quando evoluíram de US\$18,09 bilhões para US\$ 20,11 bilhões. Na segunda fase, as exportações paulistas obtiveram crescimento significativo saindo de US\$ 20,11 bilhões em 2002 para atingir US\$ 51,73 bilhões em 2007(**Tabela 1**).

Já as exportações das outras unidades da federação apresentaram queda entre 1997-1999, saindo de US\$ 34,90 bilhões para US\$ 30,47 bilhões. Após esse período elas se mostraram crescentes, tendo acelerado esse ritmo a partir de 2002, alcançando o valor de US\$ 108,92 bilhões em 2007 (**Tabela 1**).

Trata-se de reflexo do processo de desconcentração produtiva em curso, cuja tendência fica nítida ao verificar-se que a participação das exportações paulistas no total das exportações brasileiras apresentou tendência de reduzida, mas persistente, de queda no período 1997-2007, passando de 34,14% em 1997 para 32,20% em 2007. Isso enquanto nas demais unidades da federação as vendas externas, como proporção das brasileiras, avançam nos últimos dez anos de 65,86% em 1997 para 67,80% em 2007, configurando a realidade de desconcentração comercial decorrente de uma progressiva desconcentração produtiva (**Tabela 1**).

Duas constatações relevantes podem ser verificadas nesses indicadores:

a) a primeira consiste no impacto da mudança da política cambial brasileira do regime de câmbio fixo para o de câmbio flutuante, na medida em que de uma realidade de exportações em queda até 1999, verifica-se uma reversão de tendência com forte movimento exportador nos anos seguintes até 2007, ainda que desde 2004 tenha havido valorização da moeda brasileira. A realidade de elevados preços internacionais das principais *commodities* exportadas pelo Brasil explica esse movimento recente de continuidade da expansão das vendas externas na contramão do câmbio;

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

b) a segunda mostra o crescimento mais elevado das exportações brasileiras que atingiu 203,17% no período 1997-2007 em relação a São Paulo que evoluiu 185,96% no mesmo período. Desse modo, há avanço do processo de desconcentração, na medida que, as demais unidades da federação tiveram maior dinamismo avançando 312,09% no mesmo espaço de tempo. Verifique-se que a desconcentração deriva da distinção entre os ritmos de incrementos da entrada de divisas, menor na economia paulista que nas demais regiões brasileiras.

Noutra ponta das estatísticas do comércio exterior brasileiro, quando se visualiza as importações, os resultados são similares. Entre os anos de 1997 e 2002 as importações brasileiras exibiram comportamento instável; a partir do ano de 2002 é que se iniciou uma fase de crescimento. O valor em 1997 era de US\$ 59,75 bilhões e o de 2007 alcançou US\$ 120,62 bilhões: logo, as importações aumentaram US\$ 60,87 bilhões, ao longo desses anos (1997-2007) (**Tabela 2**). Uma leitura mais atenta leva a notar-se que as compras externas se aceleram com a valorização da moeda nacional do período posterior a 2004, o que resulta das dificuldades das autoridades monetárias em “enxugar” o excesso de dólares que entra na economia brasileira dada a conjunção de fatores nos quais está inserido o alto saldo comercial.

**Tabela 2 – Evolução das Importações do Brasil, das Outras Unidades da Federação e de São Paulo, 1997 – 2007.**

Ano	São Paulo		Outras Unidades		Brasil Valor
	Valor	%	Valor	%	
1997	28,53	47,75	31,22	52,25	59,75
1998	27,93	48,40	29,78	51,60	57,71
1999	23,31	47,37	25,90	52,63	49,21
2000	25,58	45,86	30,21	54,14	55,78
2001	24,78	44,59	30,79	55,41	55,57
2002	19,84	42,00	27,41	58,00	47,24
2003	20,33	42,09	27,97	57,91	48,30
2004	27,11	43,15	35,72	56,85	62,83
2005	30,50	41,43	43,11	58,57	73,61
2006	37,05	40,56	54,30	59,44	91,35
2007	48,40	40,13	72,22	59,87	120,62

**Fonte: Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC**

O detalhamento das importações mostra que nas importações paulistas houve oscilações entre os anos de 1997 e 2002, com leve tendência de queda, saindo de US\$ 28,53 bilhões para US\$ 19,84 bilhões. Porém, após esse período nota-se um acréscimo, avançando em ritmo acelerado para atingir US\$ 48,40 bilhões em 2007 (**Tabela 2**).

O valor das importações das outras Unidades da Federação entre os anos de 1997 e 2002 mostra variações com leve tendência de queda, iniciando o período com US\$ 31,22 bilhões e fechando com US\$ 27,41 bilhões. Após este momento seu valor elevou-se de forma significativa chegando a quantia de US\$ 72,22 bilhões em 2007 (**Tabela 2**).

Em síntese, no período 1997-2007, as aquisições externas das demais unidades da federação cresceram (+131,33%) mais que a nacionais (+101,87%), em função do menor crescimento das importações paulistas (69,65%). Em função disso, a participação





**SOBER**

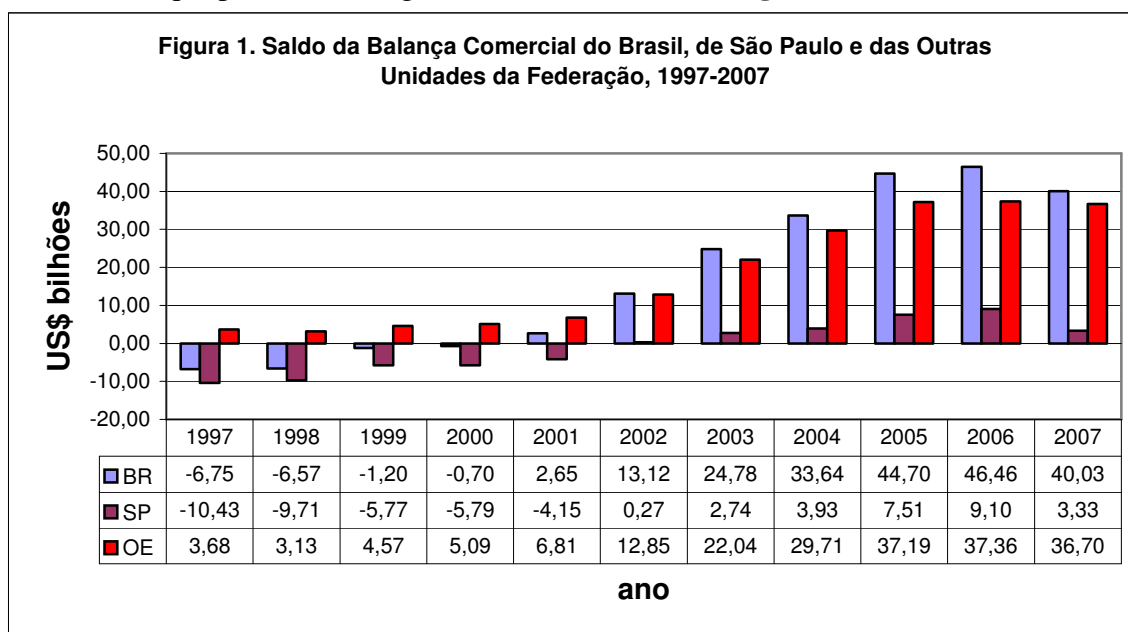
XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



paulista nas importações brasileiras, na esteira do processo de desconcentração produtiva e comercial, recua de 47,75% em 1997 para 40,13%, espaço ocupado pelas demais unidades da federação cujos indicadores evoluíram de 52,25% para 59,87% no mesmo período 1997-2007 ganhando importância relativa (**Tabela 2**).

Em linhas gerais, também nas importações fica caracterizada a tendência de desconcentração produtiva da economia brasileira, com perda da importância relativa paulista e avanço das demais regiões. Ressalte-se que se trata de diminuição de representatividade que ocorrendo num contexto de expansão econômica inclusive paulista sendo, portanto, resultante de ritmos mais elevados desse processo nas outras unidades da federação quando comparado com os impactos do mesmo em São Paulo.

Essa diferenciação fica bastante nítida na visualização dos saldos comerciais, onde no caso paulista o mesmo se mostra negativo no período 1997-2001 e positivo no período 2002-2007, enquanto que nas demais unidades da federação esse indicador é positivo em todo período 1997-2007. Em termos totais, o saldo da balança comercial brasileira apresentou déficits entre 1997 e 2000, iniciando esse período com US\$ 6,75 bilhões negativos e conseguindo reverter essa situação somente no ano de 2001, onde o saldo atingiu patamar de US\$ 2,65 bilhões positivos. A partir de então se verifica elevada aceleração dos superávits, com seu valor fechando o período 1997-2006 em US\$ 46,07 bilhões. Em 2007 essa tendência reverte-se com obtenção de saldo comercial menor ainda que positivo e atingindo US\$ 40,03 bilhões (**Figura 1**).



Mas, conforme acima afirmado, há diferenças entre o comportamento paulista e das demais regiões brasileiras. Os saldos da balança comercial paulista mostraram notável reversão de resultados no período 1997-2007. De uma realidade de déficit no período 1997-2001 - embora recuando de US\$ 10,43 bilhões negativos em 1997 para US\$ 4,15 bilhões negativos em 2001 - em 2002 a balança comercial paulista mostrou saldos positivos atingindo US\$ 0,27 bilhão. Esse *superavit* ampliou-se nos anos seguintes para alcançar a expressiva soma de US\$ 8,66 bilhões em 2006. Entretanto, em



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



2007 reverte-se a tendência com queda do saldo comercial para US\$ 3,33 bilhões (**Figura 1**). Há que se considerar que o recuo do *superavit* paulista no último ano em relação ao anterior se mostra expressivo e decorre, fundamentalmente, dos menores preços internacionais do complexo canavieiro (açúcar e álcool). Isso em função da expressão dessa agroindústria na economia paulista.

Quando se visualiza o saldo da balança comercial das outras Unidades da Federação foi positivo em todos os anos, iniciando o período com US\$ 3,68 bilhões em 1997 e fechando com US\$ 36,70 bilhões em 2007. A partir de 2001 os valores começaram movimento mais consistente de aceleração, embora a partir de 2005 nota-se uma perda de dinamismo restando a expansão do período 2000-2005, chegando mesmo a mostrar recuo em 2007 (**Figura 1**). Essa perda de dinamismo, que não representou em diminuição mais expressiva dos saldos comerciais, face os excelentes preços internacionais de milho e soja, deriva da pressão que a valorização da moeda nacional vêm exercendo sobre relevantes segmentos exportadores de toda agricultura brasileira.

Esse desempenho da fase de saldos positivos tem relação direta com as mudanças na política cambial brasileira executadas no primeiro mês de 1999, passando do regime de câmbio fixo para o regime de câmbio flutuante, que no primeiro momento levou à desvalorização da moeda nacional. Fica nítido nos últimos anos (pós 2004) o impacto da apreciação da moeda nacional sobre os saldos comerciais tanto das demais Unidades da Federação Brasileira como de São Paulo.

De qualquer maneira, também na leitura dos saldos comerciais verifica-se a manifestação do processo de desconcentração produtiva da economia nacional. Os saldos comerciais das demais unidades da federação exclusive São Paulo cresceram quase 10 vezes (+897,28%) no período 1997-2007, sendo sempre positivos, enquanto que a economia paulista, conquanto tenha revertido uma realidade de saldos negativos no período 1997-2001 para positivos em 2002-2007, acaba atingindo em 2007 um patamar muito inferior de geração líquida de divisas em relação às outras unidades da federação. Dado que a agricultura, ao representar o principal setor econômico exportador brasileiro, mostra-se interessante aprofundar essa análise focando o desempenho setorial em termos de comércio exterior.

### **3. AGRICULTURA NA COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR**

A agricultura constitui-se no principal setor exportador da economia brasileira, conquanto no período de 1997-2007, a participação das exportações setoriais nas exportações nacionais tenha recuado de 47,11% para 38,49%, embora entre 2001 e 2003, quando experimentou certa recuperação. No tocante às importações, com exceção do período 2002-2003, a representatividade das compras setoriais sofreu acentuada queda, de 21,24% em 1997, para 14,13% em 2007 (**Tabela 3**). Isso significa que a ampliação dos saldos comerciais da agricultura brasileira numa realidade de perda setorial de importância relativa no comércio exterior derivou de dois movimentos conjuntos em que as exportações cresceram mais rápido que as importações setoriais.

A caracterização mais aprofundada desses movimentos será buscada nas análises seguintes realizadas a partir, num primeiro momento, do recorte setorial da análise do comércio exterior. Em relação às exportações, em linhas gerais a participação das

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

exportações da agricultura paulista nas transações externas estaduais reduziu-se de patamar da ordem de 35% no período 1997-1999, para patamar na casa dos 32% em 2002-2006, com resultados mais modestos em 2000 e em 2001 e que, em 2007 tenha ficado abaixo de 30% (**Tabela 3**).

**Tabela 3 - Participação da Agricultura na Respectiva Balança Comercial, Brasil, São Paulo e Outras Unidades da Federação, 1997-2007**

(em %)

Ano	Brasil		São Paulo		Outras Unidades	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1997	47,11	21,24	35,15	19,61	53,31	22,72
1998	45,08	21,27	34,04	18,76	51,19	23,63
1999	45,12	18,51	35,39	16,61	50,73	20,22
2000	39,54	16,98	27,60	15,03	46,23	18,63
2001	42,95	15,40	30,04	14,34	50,03	16,26
2002	43,18	16,26	32,53	15,23	48,50	17,01
2003	44,38	17,62	33,25	15,59	49,51	19,09
2004	43,03	16,23	32,35	13,87	48,10	18,03
2005	39,13	13,68	30,91	12,39	43,03	14,59
2006	37,76	12,98	31,96	12,12	40,68	13,57
2007	38,49	14,18	29,94	11,22	42,55	16,16

**Fonte: Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC**

Mas esse fenômeno de perda de expressão setorial também nas outras Unidades da Federação, onde a proporção da agricultura nas exportações totais também diminuiu no período de 1997-2006, exceto em 2001 e 2003, de 53,31% em 1997 para 40,68% em 2006. Em 2007 há novo incremento alcançando 42,55% (**Tabela 3**). Interessante destacar que essa diferença, no movimento das exportações da agricultura, verificada entre São Paulo e as demais unidades da federação, quando se compara o ano de 2007 com o de 2006, decorre diretamente das respectivas pautas especializadas, com prevalência dos grãos fora do território paulista e da cana na agricultura bandeirante.

Nas importações o movimento não se mostra distinto, com a verificada nítida tendência de queda na participação das importações da agricultura paulista no total de importações estaduais observada de 1997 a 2001, voltou a ser perceptível a partir de 2003, após certo crescimento em 2002 e 2003. Comparando-se os extremos do período analisado, as aquisições externas setoriais, que correspondiam a 19,61% da total em 1997, finalizam 2007 com 11,22% (**Tabela 3**).

O mesmo comportamento foi exibido pelas importações da agricultura das outras Unidades da Federação, cuja participação no total nacional diminuiu de 22,72% em 1997 para 13,57% em 2006. Entretanto, tal como em 1998, 2002 e 2003, quando foi registrado crescimento em relação ao ano anterior, em 2007 há significativo aumento para 16,16% (**Tabela 3**). Mais uma vez, os movimentos distintos do último ano entre São Paulo e as demais unidades da federação decorrem da pauta das importações setoriais realizadas, o que será detalhado mais à frente.

Ainda que, num primeiro momento, a verificação de queda da participação relativa da agricultura no comércio exterior brasileiro, tanto no plano nacional como estadual, possa dar ensejo ao recorrer à velha concepção de tendência secular à insignificância da agricultura com o processo de desenvolvimento econômico (**DIAS,**



**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

1967), há que se ter cuidado para que não se incorra em equívocos, dado que o detalhamento da análise leva a outras conclusões. Por certo, tem-se um aumento das exportações industriais de produtos processados nos demais setores da economia, mas nesse agregado também se verifica relevante avanço dos produtos básicos, em particular os oriundos da mineração.

Esse detalhamento, contudo, foge ao escopo desta análise. Para os propósitos aqui delineados de focar na questão setorial e nas distintas dinâmicas regionais basta a constatação de que no período 1997-2007, os denominados “demais setores”, que correspondem ao comércio exterior brasileiro excluindo-se a agricultura, os saldos comerciais desse agregado ao contrário do verificado para a agricultura, somente apresentam resultados positivos entre 2003 e 2006, numa realidade de intensa desvalorização da moeda nacional, a qual tendo atingido o pico em 2004, perdurou nos seus efeitos nos anos seguintes face às vendas mediante contratos, típicas dos mercados de produtos processados como aviões, automóveis, peças e outros produtos industriais, que inclusive, implicam em compromissos de reposição de estoques (**Figura 2**).

Nesse mesmo conjunto de indicadores, pode-se detectar uma diferença entre os comportamentos dos saldos comerciais dos “demais setores” quando se compara São Paulo com o conjunto das outras unidades da federação. No caso paulista, os déficits externos dos “demais setores” estão presentes em todos os anos do período 1997-2007, ainda que tenham se reduzido de US\$ 11,20 bilhões em 1997 para US\$ 0,46 bilhão em 2005, voltando a crescer desse ano em diante atingindo US\$ 6,73 bilhões em 2007, no ritmo exato da desvalorização e valorização do câmbio. Nas demais unidades da federação, o movimento de queda do déficit reverte-se para superávit entre 2003 e 2005 e, mais uma vez resulta em tendência de queda até 2007, num movimento também associado ao câmbio (**Figura 2**). Neste caso, há uma influência direta das exportações minerais, em especial para atender à demanda chinesa tal como a soja em grão.

Em função desse desempenho verificado nos “demais setores” permite que seja aquilatada a importância da agricultura para o comércio exterior brasileiro dado que, invariavelmente como se demonstrará a seguir, nesse setor os saldos comerciais são crescentes e sempre positivos no período 1997-2007, desfazendo-se por completo a sustentação da idéia de perda de significado econômico. Analisando as exportações da agricultura em nível nacional, a partir de 2001 as vendas externas setoriais inverteram a tendência de queda observada entre 1997 e 2000, chegando em 2007 à quantia de US\$ 61,84 bilhões (**Tabela 4**). Um destaque fundamental decorre da verificação que a valorização da moeda brasileira não produziu impacto no ritmo de expansão das exportações setoriais, em função dos aumentos de preços dos principais produtos exportados como o da soja e o do milho.

Ainda focando o comércio exterior da agricultura no plano nacional, o valor das importações passou de US\$ 12,69 bilhões em 1997, para US\$ 17,10 bilhões em 2007. Em linhas gerais, a tendência de queda verificada até 2002 inverteu-se desse ano em diante, fechando o período em patamar superior ao de 1997. (**Tabela 4**). Duas constatações são relevantes nesse movimento. A primeira é que as importações setoriais iniciam crescimento mesmo quando ainda o câmbio estava em franco processo de desvalorização no período 2002-2004, mantendo-se no mesmo patamar em 2004-2006. Trata-se de decorrência direta da necessidade de aquisições externas resultantes do

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

próprio crescimento setorial do período. A segunda corresponde à aceleração das importações setoriais, verificada em 2007, a qual reflete diretamente os impactos do câmbio sobrevalorizado, processo macroeconômico que se aprofunda nos últimos anos.

**Tabela 4 – Brasil, Outras Unidades da Federação e São Paulo - Balança Comercial da Agricultura, 1997 – 2007**

(US\$ bilhões)

Ano	Brasil			Outras Unidades da Fed.			São Paulo.		
	Export.	Import.	Saldo.	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo
1997	24,96	12,69	12,28	18,60	7,09	11,51	6,36	5,59	0,77
1998	23,05	12,28	10,77	16,85	7,04	9,81	6,20	5,24	0,97
1999	21,66	9,11	12,56	15,46	5,24	10,22	6,21	3,87	2,34
2000	21,78	9,47	12,31	16,32	5,63	10,69	5,46	3,84	1,62
2001	25,01	8,56	16,45	18,81	5,01	13,80	6,20	3,55	2,64
2002	26,06	7,68	18,38	19,52	4,66	14,86	6,54	3,02	3,52
2003	32,43	8,51	23,92	24,76	5,34	19,42	7,67	3,17	4,50
2004	41,51	10,20	31,31	31,47	6,44	25,03	10,04	3,76	6,28
2005	46,30	10,07	36,23	34,55	6,29	28,26	11,75	3,78	7,97
2006	52,04	11,86	40,18	37,29	7,37	29,92	14,75	4,49	10,26
2007	61,85	17,10	44,74	46,36	11,67	34,69	15,49	5,43	10,06

**Fonte:**Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC

Resultante desses movimentos, em que as exportações da agricultura crescem ainda que percam participação relativa nas exportações totais em que, as importações também aumentam e reduzem sua expressão nas aquisições nacionais no exterior, os saldos da balança comercial da agricultura brasileira foram positivos em todos os anos de 1997 a 2006: porém, um ritmo mais acelerado de crescimento iniciou-se após o ano de 2000, fechando 2007 com superávit de US\$ 44,74 bilhões (**Tabela 4**). Essa elevada capacidade de gerar divisas líquidas para a economia brasileira faz da agricultura um segmento estratégico para a superação dos denominados “constrangimentos externos” ao processo de desenvolvimento nacional. Aliás, conquanto tenha experimentado significativos processos de industrialização, o Brasil como a maioria das economias continentais, tem nesse setor um elemento estratégico para as respectivas economias.

Num detalhamento da análise focando a distribuição regional desse comércio exterior da agricultura, nota-se que nos últimos anos da década de 1990 as exportações setoriais paulistas diminuíram, passando de US\$ 6,36 bilhões em 1997, para US\$ 5,46 bilhões em 2000. A partir de então passaram a exibir nítida tendência de crescimento, terminando 2007 com US\$ 15,49 bilhões. Nota-se que em 2007 há redução do ritmo da expansão anual, quando comparado com os anos anteriores. As importações da agricultura paulista caíram durante os seis primeiros anos da série analisada, de US\$ 5,59 bilhões em 1997, para US\$ 3,02 bilhões em 2002. Em 2003 iniciou-se fase de crescimento, terminando 2007 com US\$ 5,43 bilhões (**Tabela 4**). A composição da pauta de importações centrada em bens de capital e insumos e na conta trigo, explicam essa aceleração no período 2003-2007.

O saldo da balança comercial da agricultura paulista aumentou continuamente no período 1997-2006, com exceção do ano de 2000, finalizando 2006 com um superávit de US\$ 10,26 bilhões. Entretanto, em 2007 verifica-se a reversão dessa tendência de crescimento dos saldos da balança comercial setorial, que recua para US\$



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



10,06 bilhões (**Tabela 4**). No caso paulista, as quedas das divisas geradas pelas exportações de açúcar, cujos preços internacionais recuaram, explicam o recuo do superávit setorial. Mas o que chama a atenção como elemento mais significativo derivado da análise desses indicadores corresponde ao fato de que São Paulo, exatamente onde ocorreu o mais intenso processo da industrialização brasileira e num território cuja fronteira de expansão agropecuária pela incorporação de novas terras havia se esgotado já nos anos 1970, tenha multiplicado por dez os *superavits* da balança comercial da sua agricultura.

Na agricultura das outras Unidades da Federação as exportações - que em 1997, o primeiro ano do período em análise atingiu US\$ 18,60 bilhões - diminuíram até 1999, apresentando valores crescentes desse ano em diante, chegando a US\$ 46,35 bilhões em 2007. As importações setoriais exibiram, em linhas gerais, comportamento similar às paulistas, com tendência de queda até 2002, e crescimento daí em diante, concluindo 2007 com a quantia de US\$11,67 bilhões. Verifica-se também o expressivo salto das compras externas de 2007 em relação a 2006, situação essa que decorre do barateamento de produtos estrangeiros em função da valorização da moeda brasileira. Em função desses indicadores, os saldos comerciais que apresentavam queda de US\$ 1,70 bilhão entre os anos de 1997 e 1998, passaram a mostrar crescimento contínuo nos anos seguintes, terminando o ano de 2007 com superávit de US\$ 34,68 bilhões (**Tabela 4**). Esses indicadores mostram a expressiva contribuição das demais unidades federativas exclusive São Paulo para a expansão das exportações da agricultura brasileira.

A relevância da agricultura, que apresentou saldos comerciais positivos em todos aos anos considerados (**Tabela 4**), pode ser aquilatada quando se considera o desempenho da balança comercial dos demais setores. Tanto para o Brasil como um todo, como para as demais Unidades da Federação (exclusive São Paulo), superávits passaram a existir apenas a partir de 2003, sendo que em São Paulo em todos aos anos há déficit das transações dos demais setores com o exterior. Em 2007, nas demais unidades da federação, ocorre saldo positivo da balança comercial dos demais setores. Isso, em razão das vendas externas de produtos da extração mineral (**Tabela 5**). Nesse contexto, há que se reconhecer a persistência da relevância estratégica da agricultura para o desenvolvimento nacional, corroborando que aprofundar processos de industrialização em economias continentais significa industrializar a respectiva agricultura agregando valor por transformação agroindustrial aos frutos a terra e do trabalho do homem, numa paráfrase de conhecida passagem bíblica.

Desses indicadores, o primeiro elemento determinante corresponde ao aumento expressivo das exportações de toda a economia uma vez que para exportações crescentes reduz-se a participação relativa da agricultura de forma expressiva, sendo que se as exportações totais cresceram 203,17% no período 1997-2007, as da agricultura avançaram muito menos atingindo aumento de 147,80% no mesmo espaço de tempo. Entretanto, esse descompasso também ocorre nas importações que têm incremento global de 101,87% e de apenas 34,76% na agricultura.

Trata-se de comportamento típico de economias industriais, mas no caso brasileiro há que se ressaltar que não apenas a agricultura apresenta saldos comerciais positivos em todos os anos do período 1997-2007, como também que apenas no período

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

2003-2006 os saldos comerciais totais foram maiores que os da agricultura e que, ainda assim, em 2006 quando ocorreu a menor participação setorial, a agricultura respondeu por 81,05% das divisas líquidas obtidas pelo Brasil. Em 2007, volta-se à situação anterior de saldos comerciais da agricultura superiores (em 11,77%) ao da balança comercial brasileira como um todo.

**Tabela 5 – Brasil, Outras Unidades da Federação e São Paulo – Balança Comercial dos Demais Setores, 1997 – 2007**

(US\$ bilhões)

Ano	Brasil			Outras Unidades da Fed.			São Paulo.		
	Export.	Import.	Saldo.	Export.	Import.	Saldo	Export.	Import.	Saldo
1997	28,03	47,06	-19,03	16,30	24,13	-7,83	11,73	22,94	-11,20
1998	28,09	45,43	-17,34	16,06	22,74	-6,68	12,03	22,69	-10,68
1999	26,35	40,10	-13,76	15,01	20,66	-5,65	11,33	19,44	-8,11
2000	33,31	46,31	-13,01	18,98	24,58	-5,60	14,33	21,74	-7,41
2001	33,21	47,01	-13,80	18,79	25,78	-6,99	14,42	21,23	-6,79
2002	34,30	39,56	-5,26	20,74	22,75	-2,01	13,57	16,82	-3,25
2003	40,65	39,79	0,86	25,25	22,63	2,62	15,40	17,16	-1,76
2004	54,96	52,63	2,33	33,96	29,28	4,68	21,00	23,35	-2,35
2005	72,01	63,54	8,47	45,75	36,82	8,93	26,26	26,72	-0,46
2006	85,77	79,49	6,28	54,37	46,93	7,44	31,40	32,56	-1,16
2007	98,82	103,54	-4,72	62,57	60,54	2,03	36,24	42,97	-6,73

**Fonte: Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC**

Trata-se de comportamento típico de economias industriais, mas no caso brasileiro há que se ressaltar que não apenas a agricultura apresenta saldos comerciais positivos em todos os anos do período 1997-2007, como também que apenas no período 2003-2006 os saldos comerciais totais foram maiores que os da agricultura e que, ainda assim, em 2006 quando ocorreu a menor participação setorial, a agricultura respondeu por 81,05% das divisas líquidas obtidas pelo Brasil. Em 2007, volta-se à situação anterior de saldos comerciais da agricultura superiores (em 11,77%) ao da balança comercial brasileira como um todo.

Assim, nada dá solidez a argumentos de perda de relevância da agricultura para a economia nacional, da mesma forma em que coloca limites nas teses do ruralismo exacerbado, para quem, nos anos recentes, todo dinamismo observado na economia brasileira, provém do campo. Defender a segunda tese significa ignorar o que seja da ótica estrutural a própria agricultura brasileira atual.

Mas há ainda elementos determinantes quando se analisa a balança comercial da agricultura sob a ótica da distribuição regional. A participação das exportações paulistas no total brasileiro apresentou tendência de reduzida, mas persistente, de queda no período 1997-2007, passando de 34,14% em 1997 para 32,20% em 2007 (**Tabela 6**). Se isto é verdade para o conjunto da economia, como se verá a seguir, na agricultura não ocorre da mesma forma.

As exportações da agricultura paulista, que respondiam por 25,47% das exportações da agricultura brasileira em 1997, aumentaram em participação até 1999, quando se iniciou tendência de queda que se estendeu até 2003, e voltaram a crescer proporcionalmente desse ano em diante, atingindo 2006 com o percentual de 28,34%,



**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

mas mostra novo recuo alcançando 25,05% em 2007 (**Tabela 6**). Os movimentos para cima e para baixo nesses percentuais da participação paulista, como será visto em mais detalhes noutra parte deste trabalho, estão associados aos movimentos dos preços das distintas mercadorias das agriculturas especializadas da ótica regional, notadamente da soja e milho nas demais unidades da federação e do açúcar em São Paulo.

**Tabela 6 - Participação do Estado de São Paulo na Balança Comercial Nacional, 1997-2007**

Ano	Total		Agricultura		(em %)
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	
1997		34,14	47,74	25,47	44,08
1998		35,64	48,40	26,92	42,67
1999		36,54	47,37	28,65	42,50
2000		35,92	45,85	25,07	40,58
2001		35,42	44,59	24,78	41,51
2002		33,31	41,99	25,09	39,31
2003		31,57	42,09	23,65	37,25
2004		32,18	43,15	24,19	36,86
2005		32,13	41,43	25,38	37,54
2006		33,49	40,56	28,34	37,86
2007		32,20	40,13	25,05	31,75

**Fonte: Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESp a partir de dados básicos da SECEX/MDIC**

Quando se analisam as importações brasileiras, no aspecto regional, nota-se que a participação das importações paulistas também sofreu diminuição, iniciando o período com percentual de 47,74% e terminando com 40,13%. Isso se deu também no plano setorial, uma vez que a proporção das importações da agricultura paulistas nas importações setoriais brasileiras apresentou forte redução, caindo de 44,08% em 1997 para 31,75% em 2007, com acentuado decréscimo entre 2001 e 2007 (**Tabela 6**). Também a composição distinta das aquisições internas, consiste na explicação para esse comportamento distinto das importações setoriais paulistas em relação às nacionais.

Mas o que mais chama a atenção consiste no fato de que a agricultura brasileira, conquanto tendo empreendido expressivo de expansão da fronteira agropecuária a custa de desmatamento e de vultosos incentivos fiscais, a principal plataforma forma exportadora da economia nacional, consiste na agricultura paulista. Tanto assim que, a participação paulista no saldo comercial setorial nacional cresce de 6,27% em 1997 para 22,49% em 2007 (**Figura 3**). Isso porque se as exportações da agricultura paulista cresceram 143,55% no período 1977-2007, ou seja, pouco menor que as demais unidades da federação (+149,25%), no tocante às importações setoriais, as paulistas recuaram 2,86% no mesmo período, enquanto nas demais unidades da federação, verifica-se crescimento de 64,60%. Dessa maneira, foi exatamente a agricultura paulista que vêm mostrando avanço na geração de divisas líquidas os saldos comerciais.

Em linhas gerais, constata-se que o desempenho da balança comercial brasileira, está diretamente associado ao do principal segmento econômico nacional, representado pela agricultura e aos resultados desse setor em São Paulo. Comparando-se os resultados nacionais e das Unidades da Federação, há que ser frisada a condição de liderança paulista, não apenas a principal plataforma exportadora da economia e da agricultura



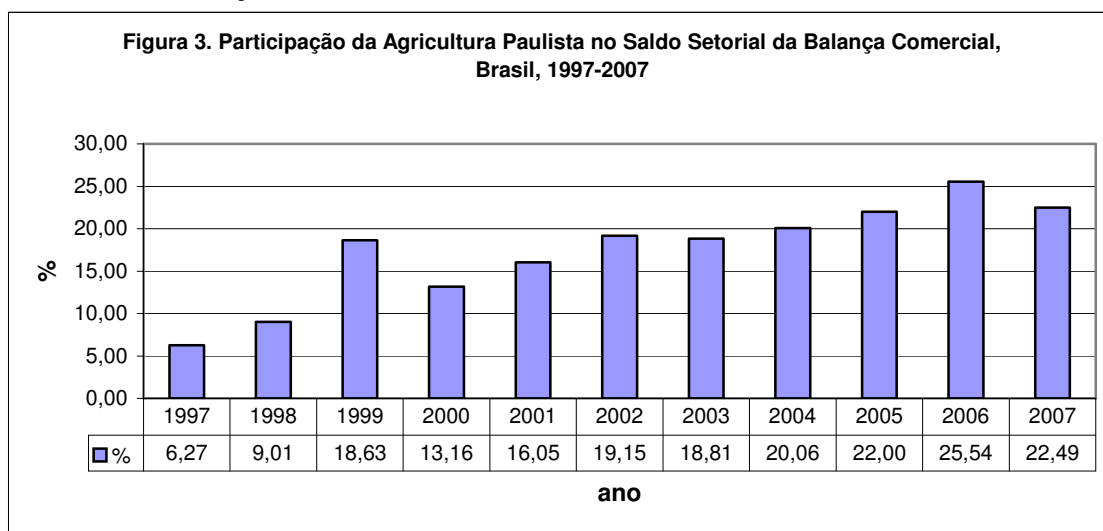


**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



brasileira, como também das importações nacionais. As participações estaduais e/ou setoriais no comércio exterior associam-se a elementos que formam o ambiente macroeconômico que condicionam as transações entre nações. Desde logo o câmbio, que apresentou desvalorização da moeda nacional entre 1997-2004, acabou por estimular exportações e tornam as importações menos atrativas. Com a valorização pós 2004, tem-se o movimento reverso. Assim, ocorrem impactos nas participações setoriais e estaduais em função desse movimento cambial.



Essa condição manifesta-se na presença de outro determinante, qual seja o patamar de preços internacionais, uma vez que preços internacionais crescentes com câmbio em valorização podem levar aos incrementos de exportação. Mas isso não se dá de forma uniforme em todo Brasil, dada a especialização regional em alguns produtos, como na agricultura paulista que, tendo como principal mercadoria exportada o açúcar, como decorrência de preços internacionais cadentes em 2007, perdem participação nacional, uma vez que as demais unidades da federação foram favorecidas com os maiores preços de seu principal produto em 2007, qual seja a soja e derivados.

#### **4. DIFERENÇAS DE AGREGAÇÃO DE VALOR NAS EXPORTAÇÕES**

Prosseguindo a análise do comércio exterior da agricultura brasileira, se mostra relevante considerar o fato de que, se a agricultura consiste no setor mais dinâmico da economia brasileira e, se a agricultura da mais industrializada da federação constitui-se na importante base de inserção internacional da agricultura brasileira, se mostra relevante aprofundar a análise destacando as diferenças estruturais em termos da agregação de valor às exportações da agricultura paulista em relação às demais unidades da federação brasileira. Considera-se aqui produtos processados a soma de manufaturados e semi-manufaturados.

No período 1997-2007 as exportações de produtos básicos da agricultura paulista saltam de patamar, saindo de pouco mais de US\$ 1,0 bilhão no período 1997-2002, para níveis superiores a US\$ 2,6 bilhões no período 2004-2007. Quando são considerados os produtos processados, os valores das vendas externas da agricultura paulista são maiores, tendo evoluído de patamares em torno dos US\$ 5,0 bilhões no

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

período 1997-2002 para níveis muito mais elevados acima de US\$ 12,0 bilhões no biênio 2006-2007. Nota-se que não apenas os produtos processados são mais relevantes como apresentam crescimento acumulado superior (+145,45%) que o dos produtos básicos (+136,15%) (**Tabela 7**).

**Tabela 7- Agregação de Valor nas Exportações da Agricultura, São Paulo, Outras Unidades da Federação e Brasil , 1997 – 2007**

(US\$ bilhões)

Ano	Brasil			São Paulo.			Outras Unidades da Fed.		
	Básicos	Proces.	Total	Básicos	Proces.	Total	Básicos	Proces.	Total
1997	11,20	13,77	24,96	1,30	5,06	6,36	9,90	8,70	18,60
1998	9,27	13,78	23,05	0,94	5,26	6,20	8,33	8,52	16,85
1999	8,63	13,04	21,66	1,12	5,09	6,21	7,51	7,95	15,46
2000	8,82	12,96	21,78	1,02	4,44	5,46	7,80	8,52	16,32
2001	11,18	13,83	25,01	1,13	5,06	6,20	10,05	8,76	18,81
2002	11,69	14,37	26,06	1,32	5,22	6,54	10,38	9,15	19,52
2003	14,92	17,51	32,43	1,65	6,02	7,67	13,27	11,49	24,76
2004	20,20	21,31	41,51	2,77	7,27	10,04	17,43	14,04	31,47
2005	21,92	24,38	46,30	2,71	9,04	11,75	19,21	15,34	34,55
2006	22,84	29,20	52,04	2,57	12,18	14,75	20,27	17,02	37,29
2007	29,82	32,01	61,83	3,07	12,42	15,49	26,75	19,59	46,34

**Fonte:Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC**

Em função desses indicadores, a agricultura paulista apresenta uma baixa participação dos produtos básicos na pauta de exportações. Excetuando-se o ano 2004 quando o câmbio impulsionou as exportações paulistas de grãos, em todos os demais anos do período 1997-2007, tem-se proporções de produtos básicos em torno de um quinto (20,0%). Isso em decorrência da condição agroindustrial exportadora dos agricultores paulistas, uma vez que quatro quintos (80,0%) das exportações setoriais do período 1997-2007 foram de produtos com agregação de valor por transformação agroindustrial (**Tabela 8**).

**Tabela 8- Agregação de Valor nas Exportações dos Agricultura, São Paulo, Outras Unidades da Federação e Brasil , 1997 – 2007**

(Em %)

Ano	Brasil			São Paulo.			Outras Unidades da Fed.		
	Básicos	Proces.	Total	Básicos	Proces.	Total	Básicos	Proces.	Total
1997	44,86	55,14	100,00	20,41	79,59	100,00	53,21	46,79	100,00
1998	40,21	59,79	100,00	15,21	84,79	100,00	49,42	50,58	100,00
1999	39,83	60,17	100,00	18,01	81,99	100,00	48,59	51,41	100,00
2000	40,51	59,49	100,00	18,73	81,27	100,00	47,79	52,21	100,00
2001	44,70	55,30	100,00	18,29	81,71	100,00	53,41	46,59	100,00
2002	44,86	55,14	100,00	20,11	79,89	100,00	53,15	46,85	100,00
2003	46,01	53,99	100,00	21,45	78,55	100,00	53,61	46,39	100,00
2004	48,66	51,34	100,00	27,55	72,45	100,00	55,39	44,61	100,00
2005	47,35	52,65	100,00	23,06	76,94	100,00	55,61	44,39	100,00
2006	43,89	56,11	100,00	17,42	82,58	100,00	54,36	45,64	100,00
2007	48,23	51,77	100,00	19,82	80,18	100,00	57,73	42,27	100,00

**Fonte:Elaborada pelo IEA/APTA/SAAESP a partir de dados básicos da SECEX/MDIC**

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural

Quando se avalia o comportamento das exportações da agricultura brasileira como um todo, verifica-se que as vendas de produtos básicos que eram de US\$ 11,20 bilhões em 1997, recuam para US\$ 8,63 bilhões em 1999, face à sobrevalorização cambial do período. Desse ano em diante apresentam vertiginoso processo de expansão atingindo US\$ 29,82 bilhões em 2007. Apesar da nova sobrevalorização cambial pós 2004, ocorre incremento das vendas de produtos básicos em decorrência de preços internacionais atrativos das principais commodities, tanto assim que em todo período, esse padrão de produto exportado conheceu incremento de 166,25%. Em termos de produtos processados, os incrementos foram expressivos (+132,46%), uma vez que de US\$ 13,77 bilhões em 1997 atingiu-se US\$ 32,01 bilhões em 2007 (**Tabela 7**), embora esse desempenho demonstre menor dinamismo face aos produtos básicos, uma vez que, neste caso, os preços não tiveram aumentos relevantes.

Em termos percentuais, as vendas externas de produtos básicos da agricultura brasileira, não apenas são muito superiores aos verificados para o caso paulista, como são crescentes indo de 44,86% em 1997 para 48,23% em 2007. Essa expressiva participação dos produtos básicos faz com que as vendas de produtos processados, cujos percentuais cresceram de 55,14% em 1997 para 60,17% em 1999, passem a constituir tendência de queda persistente, atingindo 51,77% em 2007 (**Tabela 8**). Essa condição já revela uma base estrutural diferenciada da agricultura paulista em relação à brasileira.

Essa diferença estrutural deriva de que as exportações das demais unidades da federação concentram-se em produtos básicos as quais, após recuarem de US\$ 9,90 bilhões em 1997 para 7,51 bilhões em 1999, ganham notável dinamismo para alcançarem US\$ 26,75 bilhões em 2007. Isso implica em avanço proporcional da ordem de 170,02% no período 1997-2007. Já nos produtos processados, após manutenção no patamar de US\$ 8,70 bilhões entre 1997 e 2001, também ocorre expansão expressiva alcançando US\$ 19,59 bilhões em 2007 (**Tabela 7**). Conquanto seja relevante, a expansão de produtos processados nas demais unidades da federação atinge aumento de 125,17%, que se mostra muito menor que a verificada pelos produtos básicos.

Em termos proporcionais, há uma nítida prevalência dos produtos básicos nas exportações da agricultura das demais unidades da federação, indicador que após recuar de 53,21% em 1997 para 47,79% em 2000, cresce de forma significativa para atingir 57,73% em 2007. Com os produtos processados, após crescimento de 46,79% em 1997 para 52,21% em 2000, há o expressivo recuo para 42,27% em 2007 (**Tabela 8**). Noutros termos, a agricultura das demais unidades da federação, não apenas apresenta exportações com menor proporção de valor agregado quando comparada com a paulista, como também essa diferenciação se amplia com o maior incremento dos produtos básicos no total exportado.

Em linhas gerais, se nota as relevantes diferenças estruturais entre a agricultura paulista e das demais unidades da federação, na medida que, em São Paulo, a parcela expressiva das vendas externas corresponde a produtos processados, enquanto que nas demais unidades da federação prevalecem os produtos básicos. Noutras palavras, têm na agricultura, uma economia agroindustrial exportadora nas terras paulistas face à condição ainda primário-exportadora das demais regiões brasileiras. Assim, o processo de desconcentração produtiva com transbordamento e perda de participação relativa



**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



paulista atingiu a moderna agropecuária, mas ainda não alcançou expressão na estrutura agroindustrial de processamento.

## 5. Á GUIA DE CONCLUSÃO

A agricultura brasileira surgiu no movimento de expansão do capitalismo mercantil europeu e, desde então a dinâmica setorial interna foi marcada por movimentos associados de forma intrínseca à respectiva inserção no mercado internacional. Dessa maneira, não apenas os movimentos de transformação setorial, como a industrialização da agricultura, são marcados pela vinculação com o devir mais geral do mercado mundial, como o próprio processo de expansão interna traz como seu determinante mais imediato esse mesmo fato. Dito noutros termos, o comércio exterior consiste num motor relevante na definição das distintas territorialidades que formam o amplo mosaico da agricultura brasileira no momento atual.

Não somente os ciclos econômicos como os do açúcar nordestino, do arroz maranhense, do café paulista, do algodão meridional (São Paulo e Paraná), como também os atuais do açúcar e álcool paulista, da soja e do algodão dos cerrados, das frutas frescas nordestinas (uva pernambucana e banana potiguar), das frutas frescas do sul-sudeste (mamão capixaba e maçã catarinense-gaúcha), concorrem para definição de agriculturas com peculiaridades da ótica territorial.

Isso porque para a economia brasileira, dada essa elevada capacidade de gerar divisas líquidas, a agricultura configurou-se na história - e continua a representar no presente -, um segmento estratégico para a superação dos denominados “constrangimentos externos” ao processo de desenvolvimento nacional. Aliás, conquanto tenha experimentado significativos processos de industrialização, o Brasil como a maioria das economias continentais, tem nesse setor um elemento estratégico para as respectivas economias.

Entretanto, a relevância da inserção internacional para a definição da territorialidade da agricultura brasileira não se constitui num elemento perceptível tão somente na paisagem da ocupação do solo brasileiro. Por certo na agricultura ele move o processo de desconcentração produtiva em curso não apenas na agricultura, em toda economia nacional, cuja tendência fica nítida ao verificar-se que a participação das exportações paulistas no total das exportações brasileiras apresentou tendência de reduzida e persistente de queda no período 1997-2007, passando de 34,14% em 1997 para 32,20% em 2007. Isso enquanto nas demais unidades da federação as vendas eternas, como proporção das brasileiras, avançam nos últimos dez anos de 65,86% em 1997 para 67,80% em 2007, configurando a realidade de desconcentração comercial decorrente de uma progressiva desconcentração produtiva.

Não se trata de que a economia paulista esteja sofrendo perda de vigor econômico, mas sim que de que o crescimento mais elevado das exportações brasileiras que atingiu 203,17% no período 1997-2007 em relação a São Paulo que evoluiu 185,96% no mesmo período. Desse modo, há avanço do processo de desconcentração na medida que as demais unidades da federação tiveram maior dinamismo avançando 312,09% no mesmo espaço de tempo. Verifique-se que a desconcentração deriva da





**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



distinção entre os ritmos de incrementos da entrada de divisas, menor na economia paulista que nas demais regiões brasileiras.

E na agricultura o movimento se mostra similar, mas com peculiaridades relevantes da ótica estrutural, o que reforma o impacto da inserção externa na definição da territorialidade setorial nacional. Nas exportações da agricultura paulista, no período 1997-2007, os produtos processados não apenas são mais relevantes como apresentam crescimento acumulado superior (+145,45%) que o dos produtos básicos (+136,15%). Quando se visualiza as demais unidades da federação os movimentos são distintos, uma vez que os produtos básicos, além de menor proporção, têm ritmo de expansão maior (+170,20%) que o verificado para os produtos processados (+170,20%). Os reflexos estruturais desse fato não são desprezíveis.

A agricultura paulista constitui-se como agroindustrial-exportadora, pois apresenta uma baixa participação dos produtos básicos na pauta de exportações. Excetuando-se o ano 2004 quando o câmbio impulsionou as exportações paulistas de grãos, em todos os demais anos do período 1997-2007, tem-se proporções de produtos básicos em torno de um quinto (20,0%). Isso em decorrência da condição agroindustrial exportadora da agricultura paulista, uma vez que quatro quintos (80,0%) das exportações setoriais do período 1997-2007 foram de produtos com agregação de valor por transformação agroindustrial.

Já no conjunto das demais unidades da federação têm-se a reprodução de uma agricultura primário-exportadora, dado que em termos proporcionais, há uma nítida prevalência dos produtos básicos nas exportações da agricultura das demais unidades da federação, indicador que após recuar de 53,21% em 1997 para 47,79% em 2000, cresce de forma significativa para atingir 57,73% em 2007. Com os produtos processados, após crescimento de 46,79% em 1997 para 52,21% em 2000, há o expressivo recuo para 42,27% em 2007. Noutros termos, a agricultura das demais unidades da federação, não apenas apresenta exportações com menor proporção de valor agregado quando comparada com a paulista, como também essa diferenciação se amplia com o maior incremento dos produtos básicos no total exportado.

Essa diferença estrutural - captada da ótica das exportações setoriais-, leva a ensejar necessidade de que as políticas públicas para a agricultura, inclusive as comerciais, levem em conta as peculiaridades dessas distinções que condicionam o caráter e o rumo dos processos de transformação dessas realidades. Exemplo típico consiste na Lei Kandir, que ao privilegiar a exportação de produtos primários em relação aos processados, não apenas contribuiu para a prevalência da condição primário-exportadora fora do território paulista, como penaliza a agroindústria processadora e a agroindústria de alimentos instalada em São Paulo na concorrência por matéria-prima.

Em síntese, não faz sentido o debate sobre a ação governamental para a agricultura – em especial as de comércio exterior-, tendo como ponto de partida tão somente o conceito genérico de “agronegócios” dado que o mesmo esconde diferenças estruturais palpáveis envolvendo territorialidades bem definidas e, dadas essas peculiaridades, movimentos diferenciados frente aos movimentos do mercado internacional. Também neste ângulo, tratar da agricultura brasileira consiste em lidar com as enormes diferenças que permeiam sua vasta extensão territorial de principal segmento de uma economia continental.





**SOBER**

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,  
Administração e Sociologia Rural



## BIBLIOGRAFIA

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Editora Hucitec. São Paulo. 1990. 3ª Edição.

CANO, Wilson. A Industrialização e o Desenvolvimento do Capitalismo Retardatário no Brasil (1880-1980) In:\_\_\_\_. Reflexões Sobre o Brasil e a Nova (Des)ordem Internacional, Campinas, Hucitec, 1993, p.15-21.

DIAS, Rubens de A. Fundamentos de uma política de desenvolvimento agrícola. **Agricultura em São Paulo**, SP, 14(3,4):1-14, 1967.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1989. 291p.

FURTADO, Celso **Análise do Modelo Brasileiro**. São Paulo. Civilização Brasileira. 1972. 122p.

GONÇALVES, José S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agricultura. **Revista Informações Econômicas** 35 (4):7-36, 2005.

GONÇALVES, José S., SOUZA, Sueli A. M. & VICENTE, José R. Exportações dos agricultura mostram elevado conteúdo tecnológico e reduzida agregação de valor pela transformação agroindustrial, Brasil 1997-2004. **Revista Brasileira de Comércio Exterior** 20(86): 43-51, Janeiro/Março de 2006.

VICENTE, José R. et al " **Sistema de Importações e Exportações dos Agricultura (Sistema IEA): conceituação e análise dos resultados, 1997-2001**", APTA/SAA, São Paulo (SP), 2001. 356 p. (Série Ação apta 5).